



# VIGILÂNCIA TERRITORIAL

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO  
DOS GUARDIÕES AMBIENTAIS  
NOS TERRITÓRIOS



TERRA  
BANK



# VIGILÂNCIA TERRITORIAL

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO  
DOS GUARDIÕES AMBIENTAIS  
NOS TERRITÓRIOS

## **GRUPO TÉCNICO**

### **REALIZAÇÃO**

O PROGRAMA DE *CAPACITAÇÃO DOS GUARDIÕES AMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS* FOI DESENVOLVIDO PELA **SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MONITORAMENTO E SEGURANÇA NO CAMPO** (SEPOMO) DA CONAFER.

É UM PRODUTO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOS INDÍGENAS PARA AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DENTRO DOS TERRITÓRIOS.

### **AUTORIA**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS (CONAFER)  
*SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MONITORAMENTO E SEGURANÇA NO CAMPO (SEPOMO)*

### **RESPONSABILIDADE TÉCNICA E APRESENTAÇÃO**

GEOVANIA OITAIÃ PANTOJA KATUKINA

### **REVISÃO TEXTUAL**

ANANDHA ALMEIDA

### **PROJETO GRÁFICO E ARTE**

SECOM CONAFER

### **CONTATO**

[secretaria.pmsc@conaferr.org.br](mailto:secretaria.pmsc@conaferr.org.br)



# VIGILÂNCIA TERRITORIAL

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO  
DOS GUARDIÕES AMBIENTAIS  
NOS TERRITÓRIOS

## **Presidência**

Carlos Lopes

## **Vice-Presidência**

Tiago Lopes

## **Secretaria Nacional de Políticas para Monitoramento e Segurança no Campo**

Geovanio Oitaiã Pantoja Katukina

*Brasília - Distrito Federal (DF)  
Agosto de 2023*

## Sumário

Grupo Técnico	03
Lista de Siglas	06
Lista de Figuras	07
Apresentação	08
Introdução	09
A Função dos Guardiões Ambientais	11
Identificando Invasões nos Territórios	13
- Identificando Sinais de Invasões	13
- Orientações ao Identificar uma Invasão	14
Uso dos Equipamentos	16
Equipamentos de Proteção Individual	19
Equipamentos de Comunicação	20
Introdução à Legislação Ambiental	22
- Importância das Leis Ambientais	24
Resumo das Leis Ambientais Internacionais e Nacionais	26
- Leis Ambientais Internacionais	26
- Leis Ambientais Nacionais	27
- Leis Ambientais e a Proteção dos TI	30
Legislação Específica	32
- Leis de Proteção das Águas	32
- Leis de Proteção do Ar	33
- Leis de Gestão de Resíduos	33
- Leis de Proteção da Terra	34
Aplicação da Lei nos Territórios Indígenas	36
Responsabilidade na Gestão Ambiental	38
Utilização do Aplicativo (APP) Hamugã	40
- Perfil de Usuários	40
- Aplicativo	41
Formação Continuada dos Guardiões Ambientais	42
Referências Bibliográficas	47

## Lista de Siglas

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>APP</b>	Aplicativo
<b>CDB</b>	Convenção sobre a Diversidade Biológica
<b>CFC</b>	Clorofluorocarboneto
<b>CONAFER</b>	Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>EPA</b>	Environmental Protection Agency (Agência de Proteção Ambiental)
<b>EPI</b>	Equipamento de Proteção Individual
<b>FPIC</b>	Free, Prior and Informed Consent (Consentimento Livre, Prévio e Informado)
<b>IA</b>	Inteligência Artificial
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>GEE</b>	Gases de Efeito Estufa
<b>GPS</b>	Global Positioning System (Sistema Global de Posicionamento)
<b>PNRS</b>	Política Nacional de Resíduos Sólidos
<b>PRONAR</b>	Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
<b>TI</b>	Territórios Indígenas
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UNDRIP</b>	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
<b>UNFCCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

## **Lista de Figuras**

- Figura 1** Planeta terra em folhas
- Figura 2** Celular com ícone
- Figura 3** Câmera fotográfica
- Figura 4** Esquema de drone
- Figura 5** Equipamentos de Proteção Individual
- Figura 6** Modelo de rádios comunicadores
- Figura 7** Foto das curvas do rio em meio a mata
- Figura 8** Capturas de tela do app Hamugã

## Apresentação

Os Territórios Indígenas (TI) são a personificação de tradições ancestrais, a base de comunidades vibrantes e o lar de uma biodiversidade que é vital para o equilíbrio ecológico do nosso planeta. Infelizmente, essas terras estão sob constante ameaça de invasões e atividades ilegais, o que têm implicações profundas para a sustentabilidade cultural e ambiental.

Sendo assim, pensamos em um projeto que auxiliasse efetivamente na proteção de territórios. Nasceu então o **Programa de Capacitação dos Guardiões Ambientais** da *Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil* (CONAFER). Esse projeto é um marco importante na nossa busca coletiva em salvaguardar os territórios indígenas. Esses locais são de importância crítica tanto para a preservação cultural, quanto para a conservação da biodiversidade. As atividades de capacitação foram detalhadamente pensadas e desenvolvidas para proporcionar uma compreensão geral sobre questões ambientais legais e estruturais.

Agradecemos a cada um de vocês por se comprometerem com esta grandiosa causa! Acreditamos que através de nossos esforços coletivos, podemos proteger nossos territórios, preservar nossas tradições e garantir um futuro sustentável para as gerações futuras.



## Introdução

A proteção dos Territórios Tradicionais é fundamental para a manutenção das comunidades que ali vivem, assim como de seus conhecimentos socioambientais e culturais, além das funções indispensáveis para a mitigação das mudanças climáticas. Essas terras, ricas em diversidade cultural e ecológica, enfrentam ameaças constantes de invasões e atividades ilegais, como garimpo, caça predatória, tráfico de espécies animais e de madeira. Diante desse cenário, a formação dos Guardiões Ambientais, que serão os indivíduos capacitados para monitorar, proteger e relatar as ameaças identificadas nos territórios indígenas, se mostra como uma estratégia essencial.

Temos a grande missão que vai além da proteção de territórios, é também sobre contar e proteger nossa história! Mostraremos sempre que os territórios indígenas são mais do que meras extensões de terra, são a expressão viva da resistência, da resiliência e do real progresso. E nesse contexto, o projeto **Guardiões Ambientais** desempenha um papel crucial!



Figura 1 - Planeta terra em folhas



## A Função dos Guardiões Ambientais

*Proteger o território!  
Monitorar atividades ilegais!  
Relatar invasões!*

### *Os Guardiões Ambientais na preservação cultural e biológica!*

Os Guardiões Ambientais desempenharão a função mais fundamental no nosso contexto geopolítico, que é a proteção dos Territórios Indígenas. Essas pessoas já são responsáveis por atividades importantes e fundamentais para a preservação da cultura indígena, da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos.

**Proteção do Território:** Como Guardiã Ambiental, sua principal responsabilidade é proteger o Território Indígena. Isso envolve a manutenção da integridade física do território, mapeando atividades ilegais como desmatamento, mineração, tráfico de animais, drogas e pessoas, e as invasões. Dessa forma conseguimos desenvolver mais efetivamente as ações de prevenção e proteção dos TI!

**Monitoramento de Atividades Ilegais:** Os Guardiões Ambientais serão os olhos e os ouvidos nos territórios! Vocês vão monitorar constantemente o ambiente a sua volta, para detectar qualquer atividade ilegal ou suspeita. Isso pode envolver o uso de tecnologias de monitoramento, como GPS e drones, assim como atividades rotineiras em campo, incluindo parcerias regulares.

**Relato de Invasões:** Quando uma invasão ou atividade ilegal for detectada, os Guardiões Ambientais serão responsáveis por relatar isso às auto-

ridades competentes. Vocês vão coletar e fornecem informações cruciais, que podem ajudar a localizar e a parar potenciais invasões.

*A importância do papel dos Guardiões Ambientais não pode ser subestimada! Eles serão a linha de frente na proteção de Territórios Indígenas, que são vitais para a preservação da cultura indígena e da biodiversidade global. Sem a vigilância constante e o trabalho árduo dos Guardiões Ambientais, esses territórios ficarão mais enfraquecidos e em maior risco de invasões, e às atividades ilegais que correspondem sempre com resultados devastadoras para as comunidades indígenas e para a diversidade biológica.*

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Identificando Invasões nos Territórios

- *Informações sobre como identificar sinais de invasões: desmatamento, atividades de mineração, presença de estranhos, e similares.*
- *Orientações sobre o que fazer ao identificar uma invasão.*

Identificar sinais de invasões em territórios indígenas pode ser um desafio, mas com o uso de dados de inteligência e tecnologia, os Guardiões Ambientais estarão equipados para detectar e responder a essas ameaças de maneira eficaz.

### Identificando Sinais de Invasões

**Monitoramento Remoto:** Usaremos imagens de satélite e de drones para identificar possíveis mudanças na paisagem que caracterizem uma invasão. Essas alterações podem ser diversas, como focos de desmatamento ou a construção de estradas ilegais. Algoritmos de aprendizado de máquina serão treinados para detectar essas mudanças automaticamente.

**Análise de Dados:** Utilizaremos dados de várias fontes, como relatórios de campo, redes sociais e notícias locais. As informações coletadas serão analisadas para identificar padrões que indiquem o surgimento de novas atividades ilegais ou o aumento da área afetada por elas.

**Inteligência Humana:** Informações de membros da comunidade e outras pessoas no TI são fundamentais para identificar sinais de invasões pontuais, principalmente em solo, ou quando não há meios de detecção pela Inteligência Artificial (IA).

## Orientações ao Identificar uma Invasão

**Documentação:** Ao identificar uma possível invasão, é importante documentar o máximo de informações que for possível. Isso pode incluir a localização exata (usando GPS, *Global Positioning System*, quando disponível), descrição do perfil da atividade ilegal, quais são as pessoas ou os veículos envolvidos, a data e a hora, além de registros em mídia digital, como vídeos, fotos, áudios ou capturas de tela (*prints*).

**Segurança:** A segurança vai ser sempre nossa prioridade! Quando uma invasão for detectada, os Guardiões Ambientais evitarão o confronto direto com os criminosos sempre. Farão os registros que conseguirem em segurança e se retirarão imediatamente, quando estiverem em segurança, façam áudios ou escrevam tudo que se lembrarem da situação vivida ou observada.

**Relatório:** A invasão deve ser relatada imediatamente através do APP *Hamugãy* e em seguida às autoridades competentes. O relatório deve incluir todas as informações documentadas, assim como fotos ou vídeos registrados.

**Acompanhamento:** Após relatar a invasão, é importante acompanhar o progresso do relatório e continuar monitorando a área para atualização de mudanças ou alterações nas atividades.

*Lembrando que, embora a tecnologia e os dados de inteligência possam ser ferramentas poderosas na identificação de invasões, eles são apenas uma parte da solução. A proteção efetiva dos territórios indígenas também requer ação política, aplicação da lei e apoio da comunidade!*



## Uso dos Equipamentos

*Orientações sobre como usar o equipamento fornecido: GPS, Equipamento de Proteção Individual (EPI), equipamento de comunicação, aplicativos e correlatos.*

Os Guardiões Ambientais serão equipados com várias ferramentas e equipamentos para ajudá-los em suas tarefas.

Aqui estão algumas orientações sobre como usar esses equipamentos:

**GPS (Sistema de Posicionamento Global):** O GPS é uma ferramenta essencial para o mapeamento e monitoramento do território. Ele permite que você determine sua localização exata e registre as coordenadas de áreas de interesse ou atividades suspeitas, além de auxiliar a chegar em locais que precisem.



Figura 2 - Celular com ícone



### Dicas:

1. Certifique-se de que o GPS está carregado antes de ir para o campo;
2. Familiarize-se com as funções básicas do seu dispositivo GPS antes de ir a campo. Aprenda coisas como identificar a sua localização atual, como marcar um *waypoint* (um ponto de interesse no mapa) e como navegar para esse local;
3. Ao marcar um ponto de interesse para uma atividade suspeita, certifique-se de registrar uma descrição detalhada no GPS, se possível.



**Câmeras Digitais:** As câmeras digitais possibilitam tirar fotos e gravar vídeos, com a vantagem de que podemos conferir o resultado imediatamente. É um instrumento de projeção que tem por finalidade captar e gravar a imagem real das áreas de interesse ou atividades suspeitas.



Figura 3 - Câmera Fotográfica



**Dicas:**

- Sempre limpe a lente antes de fotografar uma área suspeita.
- Encontre local com melhor fonte de luz, evite usar flash.
- Lembre-se de ajustar o foco.



Figura 4 - Esquema de drone

**Drones:** São aeronaves pilotadas de maneira remota, por um controlador humano ou programado. O uso de drones permite o monitoramento de áreas maiores, ou menos acessíveis, com terrenos acidentados e alagados, por exemplo. Com o uso seguro e eficiente do equipamento conseguimos gerar diversas informações, o que contribuí para as ações de monitoramento dos territórios.



**Dicas:**

- Sempre mantenha o equipamento em local seco e seguro.
- Analise o local antes de levantar vôo.
- Lembre-se de calibrar as funções em cada vôo.



## Equipamentos de Proteção Individual

Dependendo do ambiente e das ameaças potenciais, o equipamento de segurança pode incluir itens como coletes à prova de balas, botas resistentes, capacetes e luvas.

- Use sempre todo o equipamento de segurança fornecido quando estiver no campo!
- Certifique-se de que você sabe como usar corretamente cada item de segurança.
- Verifique regularmente o equipamento de segurança para garantir que ele está em boas condições de funcionamento.
- Notifique e solicite novos itens no caso de danificação.
- 



Figura 5 - Equipamento de Proteção Individual

## Equipamentos de Comunicação

O equipamento de comunicação pode incluir rádios de duas vias, telefones celulares ou satélites, e outros dispositivos de comunicação.

- Familiarize-se com o funcionamento do seu equipamento de comunicação.
- Saiba como fazer e receber chamadas ou mensagens, e como acessar os canais ou frequências corretas, no caso de usar um rádio.



Figura 6 - Modelos de rádios comunicadores

- Mantenha o equipamento de comunicação carregado e leve um carregador portátil para campo, se possível.
- Estabeleça um protocolo de comunicação com sua equipe e com a base. Isso pode incluir *check-ins* regulares e o que fazer em caso de emergência.

*Lembre-se, o equipamento é apenas uma ferramenta para ajudá-lo em sua missão. A segurança e a eficácia vêm do treinamento adequado, da conscientização situacional e do trabalho em equipe!*

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---



## Introdução à Legislação Ambiental

Neste módulo apresentaremos os conceitos básicos da Legislação Ambiental. Discorreremos resumidamente sobre as fundamentações das leis, explicando sua importância e como elas se aplicam à proteção dos TI.

### *Tópicos:*

- *O que são leis ambientais e por que são importantes;*
- *Uma visão geral das leis ambientais nacionais e internacionais;*
- *Como as leis ambientais se aplicam aos territórios indígenas.*

As leis ambientais são um conjunto de regras, normas, recomendações, tratados e acordos, regulamentos, penalizações e responsabilizações, graduações e mais, que tem o objetivo de moldar os comportamentos humanos em relação às suas ações e atividades que interagem direta ou indiretamente com o meio ambiente. Elas são projetadas para proteger e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, garantindo que os recursos naturais sejam usados de forma sustentável e que a biodiversidade seja protegida!

Alguns dos conteúdos abrangidos pelas Leis Ambientais:

1. Poluição do ar e da água;
2. Gestão de resíduos;
3. Conservação da biodiversidade e proteção de espécies ameaçadas;
4. Regulação da mineração e da exploração de recursos naturais;
5. Proteção de áreas naturais e ecossistemas específicos, como florestas e oceanos;
6. Gestão de Unidades de Conservação (UC);
7. Uso sustentável de Territórios Indígenas e tradicionais.



## Importância das Leis Ambientais

**Proteção do meio ambiente:** As leis ambientais foram escritas, e são atualizadas com os objetivos de prevenir, responsabilizar e quantificar os danos ambientais causados por atividades humanas. Elas são formadas por diferentes perfis e possuem conteúdo que incluem desde recomendações para normativas com padrões de qualidade do ar e da água, valores limites de emissão de poluentes líquidos, sólidos e gasosos; até as penalidades para atividades como caça ilegal, desmatamento, tráfico de animais, mineração e demais ações relacionadas. A Legislação Ambiental brasileira é a mais completa e fundamentada do mundo, a gente pode e deve utilizá-la sempre!

**Sustentabilidade:** As leis ambientais também apresentam normativas, indicações e recomendações para o uso sustentável dos recursos naturais. As leis com esse perfil têm como objetivo principal a manutenção da qualidade ambiental para as gerações presentes, sem prejudicar a capacidade dos ecossistemas em fornecerem serviços ambientais para as gerações.

**Justiça ambiental:** As leis ambientais também promovem a justiça ambiental, pois elas buscam a garantia e a manutenção dos serviços ecossistêmicos de forma igualitária. Assim todos os grupos da sociedade, incluindo comunidades indígenas, tradicionais e periféricas/marginalizadas, tenham acesso a um ambiente saudável, com água potável, tratamento de efluentes, segurança física e proteção contra os efeitos das mudanças climáticas.

**Responsabilização:** As leis ambientais buscam sempre a responsabilização pelos crimes cometidos, tanto para pessoas físicas, jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Os passivos ambientais são in-



transferíveis e cumulativos, sendo assim, todos os envolvidos são julgados e penalizados de acordo com o nível de responsabilidade de seus atos ilícitos. O fato de que os infratores podem ser processados e penalizados, pode servir como um forte dissuasor para comportamentos prejudiciais ao meio ambiente.

*As leis ambientais desempenham função essencial na proteção dos nossos Territórios, do nosso planeta e na garantia de um futuro sustentável!*

As leis ambientais são um conjunto complexo de estatutos, regulamentos e tratados internacionais projetados para direcionar a interação entre a humanidade e o meio ambiente natural.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **Resumo das Leis Ambientais Internacionais e Nacionais**

Cada país tem seu próprio conjunto de leis ambientais, que pode variar significativamente em termos de abrangência e aplicabilidade. No entanto, a maioria das nações tem leis que regulam questões como a qualidade do ar e da água, a gestão de resíduos, a conservação da biodiversidade, a proteção de áreas naturais e a exploração de recursos naturais.

### **Leis Ambientais Internacionais**

As leis ambientais internacionais são formadas por tratados e acordos entre países, destinados a gerenciar questões ambientais que transcendem as fronteiras nacionais. Alguns dos mais importantes incluem:

#### **Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD)**

Foi adotada na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992. Seu objetivo é a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

#### **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**

Adotada em 1992 na Cúpula da Terra, estabelece ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas globais.

#### **Protocolo de Kyoto**

Foi adotado em 1997 e é um anexo da UNFCCC. Definiu metas obrigatórias de redução das emissões de gases de efeito estufa para países industrializados.

### **Acordo de Paris**

Adotado em 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP 21) da UN-FCCC, visa limitar o aquecimento global a menos de 2 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para limitar o aumento a 1,5 grau Celsius.

### **Convenção Ramsar sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional**

Adotada em 1971, identifica e protege áreas úmidas de importância internacional, promovendo sua conservação e uso sustentável.

### **Convenção de Viena**

Para a Proteção da Camada de Ozônio e o Protocolo de Montreal: Foram adotados em 1985 e 1987, respectivamente, com o objetivo de proteger a camada de ozônio, eliminando gradualmente as substâncias que a destroem, como os clorofluorcarbonetos (CFCs).

### **Convenção de Roterdã**

Sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado aplicável a Certos Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional: Adotada em 1998, visa promover o comércio internacional seguro de produtos químicos perigosos.

### **Leis Ambientais Nacionais**

#### **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)**

Estabelece os princípios e diretrizes da política nacional do meio ambiente, cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e define os instrumentos de proteção ambiental.

#### **Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998)**

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas

e atividades lesivas ao meio ambiente.

### **Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012)**

Regula a proteção das florestas e demais formas de vegetação nativa, estabelecendo normas para a preservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

### **Lei da Área de Proteção Ambiental (APA) (Lei nº 9.985/2000)**

Define as diretrizes para criação, implantação e gestão das Áreas de Proteção Ambiental, que são unidades de conservação que visam proteger a diversidade biológica e promover o desenvolvimento sustentável.

### **Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985/2000)**

Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, tais como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas.

### **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)**

Institui a gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos no Brasil, com a participação dos usuários e da sociedade civil.

### **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)**

Estabelece os princípios e diretrizes da educação ambiental no país, promovendo a conscientização e a participação da população na conservação do meio ambiente.

### **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)**

Regulamenta o uso sustentável das florestas públicas brasileiras, estabelecendo critérios para concessão de áreas para manejo florestal.

## **Marco Regulatório da Gestão de Florestas Públicas (Lei 14.590 de 2023)**

Muda os critérios de concessão, permitindo a exploração de outras atividades não madeireiras e o aproveitamento e a comercialização de créditos de carbono.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **Leis Ambientais e a Proteção dos TI**

As leis ambientais reconhecem e protegem os direitos dos povos indígenas sobre o uso e propriedade de suas terras e dos recursos naturais existentes nos TI. Esse conjunto de Leis também busca regulamentar as atividades que podem afetar esses territórios, direta ou indiretamente. A seguir, algumas maneiras pelas quais as leis ambientais se aplicam aos territórios indígenas:

### **Reconhecimento dos Direitos Territoriais Indígenas**

Muitas leis ambientais nacionais e internacionais reconhecem explicitamente os direitos dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais. Por exemplo, a Constituição Brasileira de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas à posse permanente de suas terras e ao uso exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

### **Proteção de Terras e Recursos Naturais**

As leis ambientais muitas vezes incluem disposições específicas para a proteção de terras e recursos naturais em territórios indígenas. Isso pode incluir restrições ou regulamentações sobre atividades como mineração, desmatamento e caça, que podem ter impactos ambientais significativos.

### **Participação e Consentimento**

Muitas leis ambientais e de direitos humanos, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), fundamentam-se no Princípio do Consentimento livre, prévio e informado (FPIC). Isso significa que os povos indígenas devem ser consultados e dar seu consentimento antes de qualquer projeto que afete suas terras ou recursos ser aprovado.

## **Gestão Ambiental**

Algumas leis ambientais também reconhecem o direito dos povos indígenas de gerir suas próprias terras e seus recursos, de acordo com suas tradições e conhecimentos. Isso pode incluir a gestão de áreas protegidas, a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável de recursos naturais.

*É importante salientar que a aplicação efetiva dessas leis varia significativamente, e que os povos indígenas enfrentam grandes desafios na proteção de seus direitos territoriais, até hoje sendo invadidos, usurpados e explorados.*

### **Anotações:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **Legislação Específica**

Este módulo aprofundará em leis ambientais específicas que são particularmente relevantes para os Guardiões Ambientais. As leis ambientais específicas são aquelas que se concentram em áreas específicas da proteção ambiental. Elas podem abordar desde a proteção da qualidade do ar e da água, até a conservação da biodiversidade e a gestão de resíduos. Aqui estão alguns exemplos de leis ambientais específicas:

### **Leis de Proteção das Águas**

Estas leis regulam o uso e a qualidade da água. Elas regulamentam o perfil de efluentes que podem ser descartados em cada tipo de curso d'água. Quais os tipos de resíduos que podem estar presentes em rios e lagos, quais as exigências feitas para que as empresas tratem seu efluentes residuais, e qual o volume limite de vazão permitido.

#### **Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)**

Essa lei institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelece os princípios, diretrizes e instrumentos para a gestão e proteção das águas no Brasil. Ela promove a gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos, com a participação da sociedade e dos usuários.

#### **Resolução Conama nº 357/2005**

Estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes nos corpos d'água e define os usos das águas no Brasil. Essa resolução visa proteger a qualidade da água e garantir a sua utilização adequada para diferentes fins, como abastecimento humano, atividades industriais e agricultura.

#### **Resolução Conama nº 430/2011**

Estabelece os padrões de qualidade ambiental para a água, regulando pa-



râmetros e limites de poluentes para a proteção dos corpos d'água.

### **Leis de Proteção do Ar**

Estas leis regulamentam os padrões de qualidade do ar e das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Elas definem o volume das emissões de fábricas, veículos e demais fontes, e permitem que o estado fiscalize e penalize as empresas que descumprirem as normas estabelecidas, o que também pressiona a redução de suas emissões de GEE.

#### **Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR)**

O PRONAR é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que visa monitorar a qualidade do ar em todo o país, identificar os principais problemas de poluição e propor ações para a sua redução.

#### **Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE)**

O PROCONVE é um programa do governo federal que estabelece limites de emissão de poluentes para veículos automotores novos, contribuindo para a redução da poluição do ar provocada pelo transporte.

#### **Programa de Controle da Poluição do Ar por Fontes Fixas (PROCONAR):**

O PROCONAR tem como objetivo reduzir a emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas, como indústrias e usinas.

### **Leis de Gestão de Resíduos**

A Lei de Resíduos Sólidos busca uma mudança significativa no modelo de gestão dos resíduos no Brasil, promovendo ações mais sustentáveis e responsáveis em relação ao consumo e à destinação dos resíduos, visando à redução do impacto ambiental e a promoção da economia circular.

## **Lei nº 12.305 - A Lei de Resíduos Sólidos no Brasil**

Promulgada em 2010, e é conhecida como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa lei estabelece as diretrizes e os princípios para a gestão adequada dos resíduos sólidos no país, com o objetivo de promover a proteção da saúde pública e do meio ambiente, além de incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação correta dos resíduos.

A PNRS abrange todos os tipos de resíduos sólidos, desde os domiciliares até os industriais e agrícolas, e busca soluções para o tratamento e destinação final adequada para cada tipo de resíduo, levando em consideração os aspectos socioambientais e econômicos.

## **Leis de Proteção da Terra**

No Brasil, existem diversas leis que visam proteger a terra, abordando uma ampla gama de aspectos relacionados à gestão do território. Essas legislações abrangem desde o uso do solo urbano até a preservação de áreas naturais e territórios tradicionais de comunidades. É fundamental destacar que essas leis podem passar por atualizações e modificações ao longo do tempo, portanto, é essencial verificar sempre as versões mais recentes para estar atualizado com as normas vigentes.

### **Constituição Federal de 1988**

A Constituição Federal estabelece as bases legais para a proteção da terra no Brasil, tratando de questões como a função social da propriedade, a defesa do meio ambiente, a política agrícola e fundiária, a regularização fundiária e a proteção dos territórios indígenas e quilombolas.

### **Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964)**

Define as diretrizes e os instrumentos da política agrícola e estabelece normas para a reforma agrária, visando à promoção do desenvolvimento

rural sustentável e à justiça social no campo.

**Lei dos Territórios Quilombolas (Lei nº 12.711/2012)**

Regula o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.

**Lei dos Territórios Indígenas (Lei nº 6.001/1973)**

Dispõe sobre o Estatuto do Indígena e estabelece os direitos e garantias das populações, incluindo o reconhecimento e a demarcação dos TI.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Aplicação da Lei nos Territórios Indígenas

A aplicação das leis nos territórios indígenas é um tema complexo e sensível, que envolve questões legais, culturais e históricas. No Brasil, os territórios indígenas são áreas demarcadas e reconhecidas pelo Estado como pertencentes a determinadas comunidades indígenas. Essas áreas são protegidas por legislação específica e têm um estatuto jurídico diferenciado.

A Constituição Federal de 1988 reconhece e garante aos povos indígenas o direito originário sobre suas terras tradicionais, e estabelece que compete ao Estado demarcar, proteger e fazer respeitar essas terras. A demarcação das terras indígenas é um processo complexo e muitas vezes controverso, que envolve a realização de estudos antropológicos e ambientais para identificar a ocupação tradicional dessas comunidades.

Uma vez demarcadas, as terras indígenas são consideradas de posse permanente e uso exclusivo das comunidades indígenas que as habitam. Nesses territórios, as leis brasileiras são aplicadas, mas algumas peculiaridades são consideradas. Por exemplo, questões relacionadas ao direito ambiental, trabalho, criminalidade e outros aspectos legais são tratados segundo as normas brasileiras. No entanto, em algumas situações, a aplicação dessas leis pode ser adaptada para respeitar a cultura, costumes e tradições das comunidades indígenas.

Em alguns casos, a justiça é administrada de acordo com os próprios sistemas normativos das comunidades indígenas, o que é reconhecido e garantido pela Constituição. Isso significa que, **dentro das TI, as comunidades podem utilizar seus próprios mecanismos de resolução de conflitos e de administração da justiça**, desde que estejam em conformidade com os princípios fundamentais da Constituição.



## Responsabilidade na Gestão Ambiental

A responsabilidade pela aplicação da lei geralmente recai sobre uma variedade de agências governamentais, tanto a nível local como nacional.

**Agências Ambientais:** Muitos países têm instituições dedicadas à proteção do meio ambiente. No Brasil temos algumas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Brasil. Essas agências são geralmente responsáveis pela aplicação das leis ambientais, incluindo a investigação de conformidade, a aplicação de multas e a tomada de medidas legais contra infratores.

**Forças de Segurança:** A polícia e outras forças de segurança também desempenham um papel na aplicação das leis, especialmente quando se trata de atividades ilegais, como a caça criminosa ou a mineração ilegal.

**Tribunais:** Os tribunais também cumprem um papel importante na aplicação das leis, julgando casos de violação da lei e determinando as penas para os infratores.

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## Utilização do Aplicativo (APP) Hamugã

O aplicativo permite que os colaboradores nas aldeias registrem ocorrências de ameaças à floresta, ao meio ambiente e à comunidade indígena, através de um formulário, que permite adicionar fotos e coordenadas de GPS. Os gestores do aplicativo poderão acompanhar as ocorrências, analisar e encaminhar para os órgãos responsáveis e assim auxiliar na tomada de ação imediata.

O aplicativo permite que os colaboradores nas aldeias registrem as ocorrências de forma rápida e fácil, usando fotos e coordenadas GPS. O painel web é a plataforma que permite aos gestores do aplicativo acompanharem as ocorrências registradas pelos colaboradores, analisar as informações e encaminhar para os órgãos responsáveis. O painel web também oferece um mapa interativo que mostra as áreas afetadas pelas ocorrências em tempo real. O aplicativo e o painel web trabalham em conjunto para garantir uma maior eficiência e agilidade na proteção das áreas indígenas e do meio ambiente.

### Perfil de Usuários

O aplicativo e o painel web será utilizado por dois tipos de usuários: colaboradores e gestores.

**1) Colaboradores:** Os colaboradores são os moradores das aldeias que atuarão como fiscais das áreas indígenas, registrando as ocorrências de ameaças identificadas em sua região. Eles terão acesso ao aplicativo e poderão fazer o registro das ocorrências através de fotos, texto e coordenadas de GPS.



**2) Gestores:** Os gestores serão os responsáveis pelo acompanhamento das ocorrências registradas pelos colaboradores. Eles terão acesso ao painel de gerenciamento, onde poderão visualizar as ocorrências registradas, analisar as informações e encaminhar para os órgãos responsáveis.

## Aplicativo

**1) Registro de ocorrências:** os colaboradores poderão registrar as ocorrências através do aplicativo, incluindo fotos, textos e coordenadas de GPS da área afetada.

**2) Notificações:** os usuários receberão notificações sobre as ocorrências registradas e possivelmente as atualizações das ações tomadas pelos órgãos responsáveis.



Figura 8 – Capturas de tela do app Hamugã

## Formação Continuada dos Guardiões Ambientais

Para um Programa de Capacitação dos Guardiões Ambientais eficaz, seria benéfico incluir uma variedade de cursos que abordem tanto aspectos técnicos quanto culturais da proteção ambiental. Aqui estão algumas sugestões:

**Leis Ambientais:** Como discutido anteriormente, um curso sobre leis ambientais nacionais e internacionais é crucial. Isso deve incluir informações sobre como essas leis se aplicam aos territórios indígenas e como os Guardiões Ambientais podem usá-las para proteger suas terras.

**Identificação e Monitoramento de Invasões:** Este curso deve ensinar os Guardiões Ambientais a identificarem sinais de invasões e a usarem as tecnologias de monitoramento, como GPS e drones, para rastrear atividades ilegais.

**Primeiros Socorros e Segurança no Campo:** Dado que os Guardiões Ambientais trabalharão em condições potencialmente perigosas, um curso de primeiros socorros e segurança no campo é essencial. Incluindo o treinamento em primeiros socorros básicos, sobrevivência na selva e procedimentos de segurança.

**Comunicação e Relatórios:** Este curso deve ensinar os Guardiões Ambientais a se comunicarem efetivamente, tanto dentro de sua equipe quanto com as autoridades e a comunidade em geral. Esse módulo preparatório incluirá o treinamento em como escrever e apresentar os relatórios sobre as invasões e outras atividades ilegais.

**Conhecimento Tradicional e Gestão Ambiental:** Este curso deve reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional indígena sobre a gestão

ambiental. Deve incluir discussões sobre como esse conhecimento pode ser integrado às práticas modernas de conservação.

**Conservação da Biodiversidade:** Este curso deve fornecer uma compreensão básica da biodiversidade local e porque é importante a preservação da diversidade biológica como um todo. Incluiremos informações sobre as espécies de fauna e flora locais, os principais ecossistemas e seus serviços, e quais são as ameaças mais significativas à biodiversidade.

**Resolução de Conflitos:** Este curso deve equipar os Guardiões Ambientais com habilidades para resolver conflitos de maneira pacífica e eficaz, seja entre membros da equipe, dentro da comunidade ou com pessoas externas que possam estar envolvidas em atividades ilegais.

*Esses cursos, juntos, forneceriam uma base sólida para os Guardiões Ambientais realizarem seu trabalho de maneira eficiente e segura!*

**BORA!**

Anotações:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---







## Referências Bibliográficas

**DIAS, G.F. Educação Ambiental: princípios e práticas.** 3.ed. São Paulo: Gaia, 1994.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO; DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL; COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL; GIZ (Orgs). **Monitores territoriais indígenas: programa de Capacitação em Proteção Territorial.** – Brasília:FUNAI/GIZ, 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL; COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL; GIZ (Orgs.). **Noções gerais de legislação indigenista e ambiental: programa de capacitação em proteção territorial.** – Brasília: FUNAI/GIZ, 2013. 152p. Ilust.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

**Os direitos indígenas e a proteção das florestas no Brasil/** Organizado pelo Tribunal Regional Federal 1ª região. –1. ed – Brasília: Tribunal Regional Federal da 1ª região: Brasília, 2021. 19 p.

# VIGILÂNCIA TERRITORIAL

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO  
DOS GUARDIÕES AMBIENTAIS  
NOS TERRITÓRIOS



TERRA  
BANK